

Como ler resultados eleitorais

Márcio Nuno Rabat

Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
Área de Ciência Política

É possível, portanto, que o resultado petista nas eleições de 2002, por extraordinariamente favorável, tenha sido o verdadeiro ponto fora da linha evolutiva do partido, fazendo das eleições de 2006, ao contrário, um retorno ao ritmo de crescimento normal da agremiação.

Resumo

Como todo acontecimento, as eleições ganham sentido e densidade quando relacionadas com outros acontecimentos, inclusive com outras eleições, sejam elas simultâneas, anteriores ou posteriores às que estão sob foco. Identificar continuidades e descontinuidades nas eleições que se sucedem no tempo é um ponto de partida importantíssimo para compreendê-las adequadamente. O objetivo deste artigo é mostrar, com exemplos concretos da evolução do quadro partidário no Brasil, que alguns cuidados na hora da interpretação ajudam a evitar que fatos eleitorais isolados sirvam de ponto de apoio empírico para conclusões superficiais a respeito de processos históricos complexos. Ainda que haja divergências de avaliação quanto à linha evolutiva do quadro partidário brasileiro (e quanto às rupturas que nela ocorrem), quando a discussão é colocada nesse patamar, ela adquire um nível de elaboração que as análises baseadas em eleições isoladas – ou mesmo em poucas eleições – dificilmente poderão alcançar.

Cada pleito eleitoral é acompanhado de uma profusão de leituras de seus resultados. Não nos enganemos: as interpretações fazem parte da disputa política, tanto quanto as próprias eleições. Todos veiculamos, afinal, conscientes ou não, posições sociais – além de idiossincrasias pessoais – em nossas análises do mundo.

Não se trata, aqui, de propor um método de leitura de eleições imune à influência das posições pessoais ou de grupos. No entanto, se certos critérios (ou cuidados) de avaliação permitirem a cada intérprete dotar sua perspectiva de maior densidade, algum acréscimo de objetividade poderá ser eventualmente alcançado nas discussões sobre os partidos e o sistema partidário, dificultando (vã esperança?) o apelo a qualquer argumento – de preferência entre os mais próximos ao senso comum – para induzir às conclusões desejadas pelo debatedor (despreocupado com a possibilidade de que o argumento se revele bastante inconsistente quando contrastado com um conjunto minimamente sólido de informações objetivas¹).

Em cada tópico do texto que se segue, haverá sempre uma mistura entre os critérios ou cuidados de avaliação que proponho – condensados, em formulações bastante diretas, nos subtítulos do artigo – e o conteúdo das avaliações que a partir deles faço. Suspeito que a indicação de algum conteúdo seja indispensável para que os próprios critérios de interpretação

¹ Deve ficar claro que isso não acontece aleatoriamente. Em geral, os grupos que dispõem de posições dominantes no corpo social são capazes de saturar o ambiente com informações e interpretações – tornadas verdadeiro senso comum – que podem facilmente ser arranjadas e rearranjadas para dizerem sempre, das mais variadas maneiras, a mesma coisa: que seus interesses e valores não estão em causa e sequer podem ser postos em causa.

propostos fiquem claros, mas espero que ao leitor reste a possibilidade de aceitar como válido o critério sem que para isso tenha que concordar com o conteúdo.

Em última análise, todos os cuidados de interpretação a serem adiante apontados resumem-se ao seguinte: a eleição é um momento em meio a processos históricos de duração razoavelmente longa; por mais que ela obrigue as forças sociais e políticas em presença a se articularem de forma mais explícita, e por mais que proporcione um excelente flagrante da correlação de forças eleitorais, sua compreensão menos superficial exige localizá-la dentro de continuidades e descontinuidades históricas.

Como acontece com certa frequência, o título promete mais do que o artigo oferece. O artigo apenas recorda alguns cuidados que costumam ser úteis para a boa interpretação de resultados eleitorais, sem que se estruture – ao redor ou para além deles – toda uma metodologia interpretativa. No entanto, até por serem relativamente básicos, esses cuidados podem ser esquecidos com certa facilidade, pondo em questão tudo que se faça sem eles.

1. IDENTIFICAR TENDÊNCIAS

Como todo acontecimento, as eleições ganham sentido e densidade quando relacionadas com outros acontecimentos, inclusive com outras eleições, sejam elas simultâneas, anteriores ou posteriores às que estão sob foco. Identificar tendências nas eleições que se sucedem no tempo é um ponto

de partida importantíssimo para compreendê-las adequadamente².

No que diz respeito à configuração do quadro partidário brasileiro, duas tendências podem ser detectadas com razoável facilidade, depois de sete eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados.

Em 1982, nas primeiras eleições após a suspensão do bipartidarismo imposto em 1965, os dois partidos que claramente davam continuidade às agremiações até então existentes – o PDS em relação à Arena, o PMDB em relação ao MDB – obtiveram, em conjunto, a quase totalidade dos votos e das cadeiras em disputa. Daí em diante, esses partidos seguiram uma trajetória de fragmentação progressiva, que dividiu a Arena em PDS e PFL e o MDB em PMDB e PSDB, gerando, ainda, várias outras legendas, algumas das quais chegaram, por vezes, a adquirir peso político. Em um sentido que logo ficará claro, o conjunto das agremiações que resultaram da desagregação daquelas duas matrizes partidárias conformam um campo político-partidário, sem que isso implique em afirmar que as distinções entre partidos e grupos políticos nesse campo sejam irrelevantes.

Junto a essa tendência para a desagregação de um dos lados do espectro partidário (lado que, na verdade, dada a exclusão forçada de amplos setores, compunha, ao longo período bipartidário, todo o espectro formal), uma tendência distinta se manifestou do outro lado. A partir de finais da década

² Evidentemente, essas considerações não fazem sentido para quem julgue a história um conjunto de acontecimentos aleatórios, descontínuos.

de 1970, os setores sociais até então excluídos da esfera política – seja por terem sido expulsos da posição que ocupavam antes de 1964, seja porque, tendo surgido desde então, não encontravam entrada em uma arena política muito fechada à participação das camadas populares – começaram a abrir caminho nessa esfera. Eram formalmente representados, em 1982, basicamente, por PDT e PT.

Com um crescimento contínuo, o PT logo veio a ocupar rapidamente a maior parte do vazio inicialmente existente nesse campo. Ademais, ao lado da tendência, claramente observável, de ampliação do espaço do PT, parece estar havendo – menos óbvia – a articulação de outros partidos também situados desse lado do espectro. Concorrem para a formação e o fortalecimento de partidos nesse campo, de uma parte, a legalização dos partidos comunistas³, de outra parte, os obstáculos encontrados, por políticos oriundos de setores marginalizados em 1964, para permanecer nos partidos descendentes do bipartidarismo em que primeiro buscaram abrigo⁴.

Desde 1980, portanto, o sistema partidário se vem formando ao redor de duas tendências algo contraditórias. De um lado, as forças sociais antes espremidas em dois partidos se desagregaram, talvez em busca (consciente ou inconsciente) de uma configuração partidária que melhor exprima as divergências e convergências entre elas. De outro lado, as forças sociais excluídas do bipartidarismo existente até 1980 vêm construindo novos partidos, entre os quais se destaca, do ponto

³ Em 1982, quando o PT disputou as primeiras eleições, os partidos comunistas ainda estavam formalmente excluídos da política eleitoral no Brasil.

⁴ Exemplos não faltam: Waldir Pires, Miguel Arraes, Almino Affonso ...

de vista quantitativo, o PT. Essas duas tendências podem estar perto do seu ponto de equilíbrio, dado que o PT já se encontra entre os partidos eleitoralmente mais fortes do país, caminhando para se tornar o maior de todos, enquanto o processo de desagregação do outro lado do espectro provavelmente está a ponto de alcançar seu limite, tanto por razões internas ao campo como, principalmente, para impedir que um partido do outro lado se torne perenemente o mais forte nas disputas eleitorais.

Cabe, por fim, indagar sobre a possibilidade de articulação do atual sistema partidário com tendências subterrâneas mais longas, que já encontraram expressão em momentos anteriores da história partidária brasileira. A procura de linhas evolutivas dessa amplitude deve levar à formulação de hipóteses mais complexas sobre o quadro partidário brasileiro. Embora a avaliação de sua solidez exija um trabalho teórico e de pesquisa empírica de porte, formulo, a seguir, uma hipótese exemplificativa do tipo de trabalho a que pode levar a postura – de atenção para o médio e longo prazo – aqui defendida. Trata-se, ademais, de hipótese passível de aproveitamento nos próximos tópicos deste artigo.

Em 1945, os dois partidos que dividiam a quase totalidade dos votos no Brasil eram a UDN e o PSD. Ao longo dos anos seguintes, a relativa predominância político-eleitoral do PSD sobre a UDN apoiou-se, em parte, na aliança com o PTB, única grande força eleitoral ascendente, pelo menos desde a ilegalização do Partido Comunista⁵. Em 1964, PSD, UDN e

⁵ Embora se possa efetivamente identificar uma tendência consistente a alianças entre o PSD e o PTB ao longo do período 1945-1964, ela talvez seja menos sólida do que registra a maior parte da literatura, tendo havido pelo menos um momento de claro predomínio da aproximação entre o PSD e a UDN, no governo Dutra.

PTB tinham já pesos razoavelmente parecidos nas disputas eleitorais. Foi quando houve a ruptura institucional que excluiu todo um setor social da esfera política, atingindo em cheio o PTB, enquanto preservava e fortalecia, das três agremiações eleitoralmente mais fortes, a UDN.

É, no mínimo, defensável a hipótese de que a redução forçada do sistema partidário à disputa entre Arena e MDB significou, em parte, um retorno ao monopólio do PSD e da UDN na competição eleitoral, mas agora com a prevalência dessa última agremiação, frente a um PSD atingido por uma série de cassações e sem o respaldo da aliança com o PTB. A hipótese se completa com a avaliação do que aconteceu, após a chamada “abertura”, com a retomada do multipartidarismo. Tal como acontecera em 1945, quando o PSD herdou a força política do regime anterior, os herdeiros do regime de 1964 mantiveram o controle da política eleitoral (e, digamos assim, o predomínio da UDN sobre o PSD) até que forças políticas ocuparam o espaço deixado vazio pelo PTB e passaram a ter peso no tabuleiro partidário⁶.

2. INTERPRETAR OS FATOS EM LUGAR DE “LASTIMÁ-LOS”

Uma das peculiaridades do sistema partidário brasileiro é a extrema frequência com que parlamentares e chefes de executivo transferem sua filiação de um partido para outro, inclusive no meio dos mandatos. Trata-se de fato dos mais

⁶ De acordo com uma formulação célebre (teria sido de Tancredo Neves), o regime de 1964 foi “o Estado Novo da UDN”.

lastimados por jornalistas, acadêmicos, políticos e demais cidadãos. Se pensarmos bem, veremos que se trata, ao mesmo tempo, de fato pouco interpretado. O que leva a essa promiscuidade partidária? Tem ela algum sentido histórico? Trata-se de um fenômeno sem explicação? Será uma tara?

Generalizações excessivas talvez tenham escondido os elementos que permitiriam desenvolver uma explicação mais consistente dos fatos observados. Diz-se, assim, que os políticos brasileiros mudam sistematicamente de partido, mas não se acentua tanto que o fenômeno, na verdade, é incomum em certas agremiações. E quais são essas agremiações? Exatamente algumas das que, na clivagem identificada no tópico anterior, se situam fora do leque dos herdeiros da fragmentação da Arena e do MDB. Dois exemplos: o PC do B e o PT.

A análise do caso do PT permite que se leve mais longe a investigação. Afinal, ele se transformou em um dos partidos de maior densidade eleitoral do país e, mais ainda, no partido do presidente da República. Nenhum desses dois fatos foi suficiente para fazer com que se repetisse com o PT o que vem ocorrendo com a maior parte dos partidos brasileiros. Sua bancada na Câmara dos Deputados – ao longo de toda uma legislatura em que teve entre seus quadros, repita-se e sublinhe-se, o presidente da República – foi praticamente a mesma do início ao fim. Talvez ainda mais significativo: quando uma dissidência se separou do PT, aparentemente não encontrou lugar nos demais partidos então existentes e partiu para a construção de uma nova agremiação, o PSOL. O fato permite supor que tem alguma consistência a separação entre os partidos organizados a partir de fora da antiga contraposição entre Arena e MDB e os que se organizaram a partir de dentro dela.

Parece haver inconsistências mais sérias é na separação entre os muitos partidos herdeiros do espaço antes dividido pela Arena e pelo MDB. Tais partidos não se terão estruturado ao redor de diferenças sólidas o suficiente para criar muros difíceis de transpor entre os filiados em algum deles e os filiados em outros. Visto por esse ângulo, o fenômeno da migração partidária talvez mereça uma avaliação menos negativa. Onde a inexistência de distinção sólida (ideológica, de base social e/ou programática) poderia estar oculta por uma vinculação firme (mas meramente formal) dos candidatos com seus partidos, temos uma situação nítida, em que a indistinção subjacente se manifesta explicitamente na prática política.

Em resumo, talvez não se deva lastimar tanto assim que haja fronteiras claras entre partidos em posições distintas e não haja fronteiras claras entre partidos próximos. Afinal, só a partir das clivagens que efetivamente se vêm fixando em alguns pontos – que são as clivagens reais – é que as fronteiras entre partidos se esclarecerão, com consistência, para o conjunto do sistema, gradativamente iluminando inclusive as diferenças internas a cada um dos lados principais do espectro partidário.

3. DISPENSAR PARTICULAR ATENÇÃO A MUDANÇAS DE TENDÊNCIA

O reverso da idéia de que um fenômeno é melhor compreendido quando localizado dentro de uma tendência histórica de médio ou longo prazo é a idéia de que fatos particularmente fora da tendência merecem algum tipo de atenção especial. Isso pode ser facilmente esquecido por quem

identifica uma clara continuidade na história de uma área da realidade. Focalizamos os acontecimentos que reforçam a percepção da continuidade descoberta e esquecemos os outros, pois tendem a parecer eventos aleatórios, sem peso histórico. É certo, aliás, que eventos isolados podem ter pouca significação histórica, mas não é menos certo que fatos que contrariam tendências podem estar a mostrar o surgimento de modificações importantes na área sob análise.

Nas eleições de 2006 para a Câmara dos Deputados, dois partidos obtiveram resultados que representaram rupturas de alguma monta em tendências históricas bem estabelecidas: o PT, pela primeira vez desde que começou a se conformar o atual quadro partidário, elegeu menos deputados federais que nas eleições anteriores; já o PMDB, pela primeira vez desde o pleito de 1986, elegeu mais deputados que nas eleições anteriores. Qual o significado desses dois acontecimentos para nosso “método” de ler resultados eleitorais?

O primeiro ponto a realçar é que tais acontecimentos efetivamente merecem atenção. Se, em um sistema partidário que tem cerca de vinte e cinco anos, um resultado eleitoral quebra uma continuidade de pelo menos vinte anos, ele deve ser analisado cuidadosamente. Esse resultado pode significar apenas um ponto fora da linha evolutiva dominante, que será retomada mais adiante; pode indicar uma nítida inversão de tendência; ou pode marcar um momento de abertura do leque de possibilidades históricas, obrigando a que as tendências e contra-tendências sejam analisadas com menor segurança. Uma coisa, porém, é certa: a interpretação não deve abrir mão de tentar localizar o resultado dissonante como um momento no interior de períodos, no mínimo, de média duração.

Vejamos o caso do PMDB. Um fenômeno muito interessante no processo de formação do atual quadro partidário foi o inchaço do partido herdeiro do MDB nas eleições de 1986. Desde 1974⁷, em particular com o resultado excepcional que obteve nas eleições senatoriais, o MDB passou a atrair o voto e o apoio de quase todos os setores sociais e políticos opositores do regime de 1964. O enfraquecimento progressivo do regime implicou no fortalecimento progressivo do MDB (depois PMDB). Em 1986, tinham convergido para seu interior grupos importantes que voltaram a participar da esfera política após anos de exclusão, assim como amplos setores oriundos da Arena, agremiação que dera sustentação formal aos governos que se sucederam a partir de 1964 e que tinha sido, por década e meia, seu adversário eleitoral direto.

Enfim, o resultado extraordinário que o PMDB obteve em 1986 (elegendo, simplesmente, todos os governadores, com exceção do de Sergipe) dividia-se, na verdade, entre uma pluralidade de grupos políticos muito diversos⁸. Não era impossível que eles permanecessem unidos por algum tempo, mas era muito difícil. Assim, se uma das tendências mais profundas do sistema partidário tem sido a de desagregação progressiva das duas agremiações que compuseram o

⁷ Na verdade, talvez desde as eleições municipais de 1972, embora o fato tenha ficado oculto pela inexistência de pleitos nas capitais e em vários outros municípios de peso.

⁸ Um ponto importantíssimo aqui, de acordo com as hipóteses sustentadas neste artigo, é que os setores sociais em que se apoiava a UDN – e seus continuadores no regime de 1964 – nunca chegaram a perder a predominância no aparelho estatal para os setores em que se apoiava o PSD e seus continuadores, mesmo com o crescimento do PMDB e apesar de alguns momentos em que se apresentaram incertezas quanto a esse ponto.

bipartidarismo forçado, a partir de 1986 isso significava, principalmente, a desagregação do PMDB.

É possível, no entanto, que o processo desagregador tenha chegado ao fim e que os grupos que permaneceram no PMDB constituam hoje um núcleo político e social mais homogêneo. Dispõem, ademais, com o crescimento do lado do espectro político esvaziado desde 1964, de uma posição mais sólida no quadro partidário, pois se torna possível, em alguma medida, a reedição de uma aliança do tipo da antigamente existente entre o PSD e o PTB.

Passemos ao caso do PT. Sua trajetória, desde 1982, foi bastante linear: crescimento de eleição para eleição. A explicação mais consistente já foi apresentada: havia um espaço vazio na esfera política, criado pela exclusão forçada, desde 1964, de amplos setores sociais. O vínculo com uma base sindical bem estabelecida – em particular no estado mais industrializado da federação – fez do PT o principal candidato a ocupar esse espaço, probabilidade que se reforçou com o desempenho eleitoral da candidatura petista à presidência da República, em 1989. Então, o que teria acontecido em 2006 para fazer com que sua bancada na Câmara dos Deputados diminuísse em relação à eleita em 2002?

As explicações tendem a se concentrar em acontecimentos recentes. Houve um forte ataque à imagem do partido, acusado de envolvimento com práticas que ele condenava veementemente ao longo dos anos de crescimento, tanto no plano ético como no programático. A tal ponto chegou o ataque, que se considerou como uma relativa vitória o resultado eleitoral de 2006, aquele em que, pela primeira vez,

o partido diminuiu de tamanho no Congresso Nacional. O foco em disputas éticas não permite, contudo, explicações do tipo que se procura aqui. O máximo a que se pode chegar, em termos de tendências e contra-tendências de médio prazo, é à idéia de que um partido cuja imagem fora relativamente preservada até pouco tempo atrás – primeiro, por vir de fora dos grupos politicamente admitidos pelo regime de 1964, depois, pela postura oposicionista aos governos eleitos desde 1989 –, viu-se subitamente atingido ao passar de “estilingue a vidraça”.

Mais consistente será considerar que a tendência de crescimento incorporada na trajetória do PT até 2002, embora certamente existisse, não era tão linear assim. Como não poderia deixar de ser, ela estava sujeita a flutuações conjunturais. Em 1994, por exemplo, rearticularam-se frações importantes do regime de 1964 – situadas, no bipartidarismo, tanto na oposição como na situação (PSDB e PFL) – e retomaram, com toda evidência, o controle do processo político eleitoral. São justamente os partidos que melhor representam, no atual multipartidarismo, o lado udenista do regime de 1964, os que se fortaleceram em 1994, enfraquecendo-se, por consequência, tanto as alas mais ligadas à herança do PSD como os partidos que ocuparam o lugar deixado vago pelo PTB. Logo a seguir, nas eleições de 1998, a coligação PSDB-PFL estará no auge – e o PT obterá um resultado eleitoral aquém do ritmo de crescimento que vinha mantendo até então.

Entre 1998 e 2002, a configuração social e política se alterou profundamente a favor do PT. Único dos maiores partidos situado, ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, com alguma clareza, na oposição, ele se

apresenta – após a queda do Real, logo no início do segundo mandato – como o ponto de convergência do repúdio ao governo. Isso se reflete nitidamente nas eleições municipais de 2000, em que, pela primeira vez, desde 1985, uma legenda, a do PT, elege seis prefeitos de capitais. Como o racionamento de energia somou-se aos demais fatores de desgaste do governo, um resultado eleitoral muito favorável ao PT entrou na ordem do dia em 2002. De uma hora para outra, o partido se transformou no maior do país, elegendo a maior bancada da Câmara dos Deputados e o maior número de deputados estaduais no conjunto da federação.

É possível, portanto, que o resultado petista nas eleições de 2002, por extraordinariamente favorável, tenha sido o verdadeiro ponto fora da linha evolutiva do partido, fazendo das eleições de 2006, ao contrário, um retorno ao ritmo de crescimento normal da agremiação. Acrescente-se a isso a possibilidade de que tenham começado a se consolidar, no campo político ocupado pelo PT (aquele, lembremos, que não é ocupado pelos herdeiros do bipartidarismo), outras agremiações aptas à disputa efetiva do mesmo espaço. O que parece menos provável é que o tal espaço já tenha sido completamente ocupado e que, portanto, nem o PT nem outros partidos com base social semelhante estejam em condições de continuar crescendo. Por outro lado, se o PMDB (atualmente no centro do espectro político) oscilar para “a esquerda”, ele pode vir a disputar parte desse campo.

4. O SISTEMA PARTIDÁRIO NÃO SE EXPLICA POR SI MESMO

A idéia de que tendências e contra-tendências identificáveis no funcionamento do sistema partidário brasileiro atual podem ser interpretadas como manifestações de linhas de evolução política subterrâneas, que já se expressaram de maneiras semelhantes em outros arranjos partidários formais, conduz inevitavelmente a supor que a construção de explicações profundas do que acontece no nível partidário exige o diálogo com fenômenos que ocorrem em outros níveis. Embora a argumentação referente a esse cuidado de interpretação não seja desenvolvida em tópico isolado deste artigo (e o critério não seja, por isso, ilustrado com conteúdos especificamente pensados para tal fim), o próprio artigo não deixa de fazer, em conjunto, sua defesa. Sirva, assim, essa pequena advertência, de conclusão do texto.